

190

Cacique vai depor sobre assassinato

O cacique Xicão, da tribo Xucurus, deverá prestar depoimento, amanhã, sobre o assassinato do procurador da Funai, advogado Geraldo Rolim da Mota Filho, ocorrido no último dia 3, na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro, na Paraíba. Os principais acusados pelo crime são o fazendeiro Teopompo Siqueira de Brito Sobrinho e o motorista identificado apenas como Miguel, foragidos.

Uma carta divulgada, semana passada, pelo Conselho Indigenista Missionário — CIMI, ligado a CNBB, diz que o cacique também foi ameaçado por fazendeiros, devido a demarcação de terras, em Pesqueira, favorecendo sua tribo, a Xucurus. "As ameaças teriam se intensificado há poucos dias, quando iniciaram-se os trabalhos de demarcação física da área Xucurus. Ao tomar conhecimento do recado de que a demarcação pode sair mas as cabeças de Rolim e de Xicão vão voar, o advogado avisou ao cacique, aconselhando-o que se precavesse", consta no documento da CIMI.

O cacique será interrogado pelo delegado Aristeu Chaves, da 4ª superintendência de Polícia, da Paraíba. Ele já tomou o depoimento de cinco pessoas que estavam com Geraldo Rolim, no momento em

que ele foi morto. Entre estas testemunhas está um menor que o delegado Chaves não revelou o nome, visando protegê-lo.

As testemunhas — amigos de Geraldo Rolim — o açougueiro Luciano Francisco Bezerra de Pontes e o ajudante de pedreiro Edvaldo Ividro, o electricista João Bosco e o motorista Jackson Manu reconheceram Teopompo Sobrinho como assassino do advogado Rolim. Eles foram unânimes em afirmar que o motivo do crime foi a demarcação de uma área indígena identificada pela Funai, em 1989, com 26.980 hectares. A área abriga mais de 5 mil indígenas.

Demarcação — Segundo a assessora do CIMI, Socorro Souza, 90% dessas terras encontram-se nas mãos de fazendeiros, posseiros e da agro-indústria Peixe, restando atualmente aos Xucurus a posse de apenas 10% de suas terras. Em 28 de maio de 1992, o então ministro Célio Borja, da Justiça, baixou a portaria nº 259, declarando os limites da área para posse permanente do grupo.

De acordo, ainda, com Socorro Souza, no último dia 10, a Funai, "com a garantia da Polícia Federal, iniciou os trabalhos de colocação dos fazendeiros contra o início do procedimento demarcató-

rio em 1989 e contra as retomadas de terra efetuadas desde então pelos índios, tendem agora a se agravar".

Socorro Souza, como assessora do CIMI, considera que "devido o incormformismo com o cumprimento da determinação constitucional de demarcação que vem acontecendo, reações violentas por parte dos fazendeiros são aguardadas pelos índios, que temem a execução das antigas ameaças contra suas lideranças, principalmente contra o cacique Xicão. Nesse contexto, o assassinato do advogado Geraldo Rolim que vinha liderando a demarcação das terras indígenas, pode ser um sinal de que as ameaças de morte estão sendo concretizadas, considera o CIMI.

Crime — Geraldo Rolim, segundo investigações da Polícia, foi até a casa de Teopompo Sobrinho, no distrito de Ipojuca, em Pesqueira, no dia em que foi assassinado. "Depois que saiu de lá, seguiu para a cidade de São Sebastião do Umbuzeiro, na Paraíba. Até o momento, não sabemos o motivo da ida do advogado a Ipojuca, mas tivemos informações de que os dois não se desentenderam nesse encontro", disse o delegado Aristeu Chaves.

Testemunhas contaram que,

por volta das 19h do dia 13, Teopompo, o motorista dele, Miguel e mais dois homens chegaram no clube de São Sebastião do Umbuzeiro, onde Geraldo Rolim e mais cinco amigos se encontravam. Quando o advogado saiu do recinto doi abordado pelo fazendeiro. Os dois se agarraram e rolaram no asfalto.

Teopompo Sobrinho, de acordo com testemunhas, sacou o revólver e efetuou um disparo, mas um policial da PM da Paraíba segurou o braço dele desviando do alvo (Rolim). O soldado segurou o fazendeiro, mas Miguel colocou uma espingarda 12 na cabeça dele. Soltou, Teopompo Sobrinho atirou nas costas de Geraldo Rolim. Ferido, o advogado foi socorrido pelos colegas e levado para um hospital em Pesqueira, onde ele chegou morto.

Desmentido — Maria Marlene Miranda Brito, mulher do fazendeiro Teopompo Siqueira, negou, no entanto, que a morte do procurador da Funai tenha sido motivada por conta da demarcação de terras. Ela alegou que o assassinato foi motivado por conta de uma "animosidade entre seu marido e o procurador, por causa do ex-prefeito de Pesqueira, João Leite, amigo de Teopompo", disse Marlene Brito.